



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação CEIOPH	
N.º Único	656567
Entrada/Saída n.º	293
Data	01 / 06 / 2020

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Economia, Inovação,  
Obras Públicas e Habitação  
Deputado António Topa

Lisboa, 01 de junho de 2020

**Assunto: Requerimento para audição do Ministro das Infraestruturas e Habitação, sobre a decisão de extinção da Direção de Gestão e Fiscalização, da IP Engenharia**

No passado dia 21 o Conselho de Administração da IP Infraestruturas de Portugal emitiu uma deliberação com efeitos a partir da próxima segunda feira dia 1 de junho. Uma das medidas da deliberação é a extinção da Direção de Gestão e Fiscalização, da IP Engenharia. É uma decisão de enorme gravidade. Trata-se de uma das atividades mais fragilizadas, mesmo no conjunto das empresas que a IP utiliza em outsourcing.

O órgão de fiscalização da IP Engenharia agora extinto, na sequência de um processo de asfixia, era a estrutura mais habilitada e capacitada neste tipo de função, não havendo nenhuma que, nem de perto nem de longe, se lhe compare no país. Com experiência nas principais obras ferroviárias realizadas nos últimos trinta anos.

Segundo a mesma deliberação, a responsabilidade deste órgão, com uma vastíssima experiência na direção de equipas e fiscalização, passa para um órgão de gestão de contratos na construção. Estamos perante mais uma etapa da submissão às imposições da UE de retirar das estruturas públicas todas as funções operacionais, passando apenas a gerir contratos e passar cheques.

Trata-se de uma decisão ruínosa e mesmo crimínosa quando é necessário investimento público, são apregoados investimentos, os que faltam do Ferrovía2020 e os do PNI2030, é generalizadamente reconhecida a descapitalização técnica das estruturas públicas e privadas, e se sabe que em cada adjudicação de obra a IP compra gravíssimos problemas para concretizar as obras, para o que concorre o atual CCP e algumas vertentes do TC.

É reconhecida a falta de qualidade dos projetos pelas razões conhecidas, e exigindo assim maior fiscalização, portanto em sentido contrário à extinção agora deliberada. O que a IP deve fazer é reforçar as suas capacidades técnicas operacionais, de Fiscalização e de muitas outras, em vez de as destruir. Trata-se no concreto da continuação da política de direita na destruição do que era a CP unificada e de degradação da ferrovia nacional.

Considera-se assim a necessidade de aprofundar a abordagem destes problemas na Comissão Parlamentar, com o contributo qualificado para o indispensável acompanhamento que a AR deve assegurar, pelo que **o PCP vem por este meio requerer a audição, na Comissão a que V.Exa. preside, do Ministro das Infraestruturas e Habitação.**

O Deputado,

Bruno Dias